

## EDUCAÇÃO – PARA QUÊ? EDUCAÇÃO – COMO? CONTRIBUIÇÕES DOS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO E DIDÁTICA AO LONGO DOS TEMPOS

*Maurício Aires Vieira*

Doutor em Educação. Professor Adjunto II/UNIPAMPA, atualmente Diretor do Campus Jaguarão.  
Tutor do Grupo PET-Pedagogia. Colaborador no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional  
em Educação/UNIPAMPA.

*Angela Machado Tavares*

Licenciada em Matemática e Física. Especialista em Educação para Surdos. Especialista em Educação  
Ambiental e Educação Matemática. Professora do Colégio Municipal Pelotense.

A Educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem!  
(FREIRE, 1983, p. 96)

A liberdade não é somente um assunto bastante rico, pois a compreensão  
da necessidade não basta para que o homem siga livre, visto que a  
liberdade implica uma atividade prática transformadora. Mas sem o conhe-  
cimento da necessidade também não há liberdade; por isto, é uma das suas  
condições necessárias (VÁZQUEZ, 1987, p. 12).

O pássaro é livre  
na prisão do ar.  
O espírito é livre  
na prisão do corpo.  
Mas livre, bem livre,  
é mesmo estar morto!

LIBERDADE

Carlos Drummond de Andrade

Nossos pontos iniciais para escrevermos este texto foram nossas releituras em nossos próprios trabalhos (dissertação e tese), respectivamente, e a indagação neste contexto em que produzindo e trabalhando fizemos a pergunta, em busca de possíveis respostas: Educação – para quê? e Educação – como? Neste exercício, indicamos uma preocupação que parece extremamente relevante - a relação entre a educação e a instrução - , que constitui a vida do homem, sua história e essência. E por meio da educação, fenômeno inerente ao homem na busca de sua humanidade, que se revela a necessidade de se

autoconhecer e de buscar a emancipação humana<sup>1</sup> em um processo de libertação. Não queremos aqui, buscar linhas e correntes teóricas e nem assumir posicionamentos; apenas queremos registrar algumas ideias e compartilhar ao leitor reflexões frutíferas, também, de nossa trajetória, enquanto gestor em alguns anos e a grande dificuldade de entendermos por que trabalhar com Educação e como trabalhar. Em um grupo que atualmente sou tutor<sup>2</sup>, também nos questionamos como se dá a Educação em seu contexto histórico e filosófico: que desafios a educação brasileira hoje enfrenta? Recentemente fizemos uma grande imersão na obra “A História das Ideias Pedagógicas” de Moacir Gadotti (1996), e nosso grupo ainda questionou que Educação temos, que Educação tínhamos e como evoluímos e se evoluímos. E mais, como a didática com o passar das décadas foi se adequando, foi se pontificando entre as relações já mencionadas anteriormente entre a instrução e a educação. Existe uma didática correta? Que abarque as mudanças no mundo contemporâneo? Mudanças que nos levam ao mundo em crise: a sociedade vive um momento de violência e marginalidade, de desentendimentos e conflitos, de crises e guerras internacionais por diversas razões. Vivemos situações emblemáticas e problemáticas em um momento de fragilidades e com dificuldade para descobrir estratégias de como trabalhar na escola, na universidade e ainda, estratégias necessárias à própria sobrevivência e dos outros que nos cercam. Somos nosso próprio reflexo? Como já diziam dois filósofos (Karl Marx e Ortega y Gasset, parafraseando-o): “ O homem é ele próprio e as suas circunstâncias.”

Neste contexto, selecionamos pequenos excertos de nossas reflexões em épocas diferentes (em 2002 no Mestrado e em 2009, no Doutorado) para uma análise também de nossa emancipação humana: o que entendemos e o que internalizamos com a Educação ou Instrução que recebemos!?. Sempre dizemos e repetimos que a Educação tem seus efeitos a médio e longo prazo, e que talvez nossas ações, hoje em construção e/ou atuação sejam refletidas em outros momentos, espaços e épocas, e que talvez nem estejamos mais aqui. Nessa seara estamos bifurcando nossos pensamentos para Educação – para quê? = reflexões conceituais de educação e Educação – como? = reflexões conceituais de didática. Optamos iniciar nossas reflexões por Paulo Freire, e após tentaremos uma imbricação com a questão epistemológica da Didática e as questões que nela foram sendo acopladas ao longo da História da Educação, que é indispensável ao conhecimento da educação contemporânea. Esta evolução histórica nos possibilita encontrar o percurso de uma educação realmente voltada para o desenvolvimento pleno do homem, enquanto cidadão, e sua consequente emancipação humana. A educação de hoje é ao mesmo tempo, reflexo do passado e preparação para o futuro, desta forma, as contribuições do passado se tornam indispensáveis para compreendermos o futuro.

Nossa simples intenção, neste texto, é abordarmos algumas relações conceituais e temporais entre

---

<sup>1</sup> O autor entende emancipação humana como a liberdade do indivíduo numa sociedade mais justa e democrática, sem atrelações a capital e suas supostas categorias, o que tornaria o homem verdadeiramente livre e protagonista de si mesmo e de suas escolhas numa sociedade contemporânea formada pelo próprio homem.

<sup>2</sup> Tutor do Grupo PET-Pedagogia/UNIPAMPA. Grupo de tutor e doze bolsistas que trabalham ensino, pesquisa e extensão tendo como mote uma pesquisa inicial sobre o fracasso escolar e os indicadores educacionais no município de Jaguarão/RS.

educação e didática com a meta de apontar as contribuições pertinentes e inter-relacioná-las em busca da emancipação humana, da libertação dos homens, com o objetivo de nos tornarmos mais humanos e mais pertencentes ao mundo em que estamos vivendo e nos encontrando enquanto educadores e sujeitos formadores de nós mesmos (e neste contexto, abarcamos professores, alunos, licenciandos, educadores e demais sujeitos que possam trabalhar com educação formal, informal e não-formal).

Dentre tantas definições, educação pode ser entendida, de acordo com Cotrim e Parisi (1982, p. 14), como “o processo pelo qual o homem através de sua capacidade para aprender, adquire experiências que atuam sobre a sua mente e o seu físico”. Na história da humanidade a educação constitui sem dúvida uma das partes mais empolgantes, mais polêmicas e sobre qual muito ainda se haverá de falar, embora dela já se fale desde os primórdios da humanidade. Segundo Aranha (1996), educar (do latim *educere*, que significa conduzir de um estado a outro, modificar) pressupõe o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só à formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social e, ainda, sua melhor integração individual e social, sejam crianças, jovens ou adultos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Nº 9.394, de 20.12.96), de Darcy Ribeiro, publicada no Diário Oficial da União (23/12/1996), seção I, caracteriza-se por ser uma lei bastante ampla, que engloba muitos interesses econômicos e interfere em instituições públicas e privadas e com grande relevância nacional em escolas e universidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art.1º); e, ... tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art.2º).”

Neste excerto percebemos que as políticas públicas deveriam ser calcadas em processos formativos organizados numa óptica da convivência humana em todos os espaços (incluindo desde o ambiente familiar, perpassando pelos espaços escolares e terminando em espaços não-escolares em que cotidianamente estamos atrelados e emaranhados; não obstante, ao contrário do que é estabelecido, a Educação, na maioria das escolas e universidades, é vista sob uma ótica completamente imóvel e apática; ao longo dos tempos tem-se desenvolvido um sistema em que as relações entre educador e educando são extremamente distintas: o papel do educador é o de “transmitir conhecimento”, como se fosse algo pronto e transferível, e o do educando o de “adquirir conhecimento”, como se fosse uma

bagagem que pudesse ser carregada. Freire (1980) define este tipo de Educação como “educação bancária”, instrumento fundamental pelo qual, de geração em geração, sujeitos pertencentes às classes subalternas ficam reduzidos a simples objetos a serviço do bem-estar e do poder exercido pelas classes dominantes.

Podemos dizer que na “educação bancária” o educador será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem; o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Nesta posição, o educador faz comunicações e os educandos fixam, memorizam, repetem, armazenam informações, transferem, transmitem valores e conhecimentos, sem saber para que servem ou em que vão utilizar o que estudaram, pois é uma abordagem compartimentalizada e fora da sua realidade. Como se refere Freire (1980), os alunos são os depósitos e o professor aquele que deposita. Na realidade, é um ato de depositar.

Apoiado em Freire (1987), chegamos à conclusão de que o defeito principal da lição é ser dado pelo professor que sabe, ou pretende saber, a alunos que, se supõe, nada sabem. Alguns educadores não admitem a ideia de que o estudante, com suas próprias experiências e seus vivenciamentos, possui também algum conhecimento para dialogar com professores e colegas; mesmo através do senso comum, há algum tipo de ensinamento. Concepções espontâneas ou do senso comum são, geralmente, aliadas do processo de ensinar e de aprender. Não há por parte do docente preocupação em recuperar ou transformar tais conceitos em aprendizagens significativas.

Este tipo de Educação foi a que prevaleceu, e ainda domina o sistema atual, em que se nota a pretensão dos opressores, cuja meta principal é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime. Desta forma, mais facilmente serão dominados, tudo na visão de Freire (1987).

O marco da Educação foi Freire (1980), com sua grande contribuição, ao definir “educação” como sinônimo de “conscientização”, caracterizando esse termo como “desvelamento crítico da realidade”. Sendo assim, a partir de Freire (1980), pode-se dizer que conscientização é um compromisso histórico, implicando que os homens assumam papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo, e diariamente.

A conscientização, que se apresenta como um processo num determinado momento deve continuar sendo processo no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada mostra um novo perfil (FREIRE, 1980, p. 27)

Dessa forma, a realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que ela é modificável e que ele pode fazer essa mudança. Por este motivo, o primeiro objetivo de toda a Educação deve ser, antes de tudo, provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação.

Assim, de acordo com Freire (1980), educar-se é conscientizar-se em diálogo com outros no contexto de uma ação transformadora libertadora sobre a realidade rumo a uma comunidade humana sem opressores nem oprimidos.

Os educadores, hoje, devem refletir, conscientes de que o docente está sempre em constante aprendizado, pois aquele bom professor deve saber recolher o que lhe complementa em termos de conhecimento e valorização.

A Educação crítica é a ‘futuridade’ revolucionária. Ela é profética – e, como tal, portadora de esperança – e corresponde à natureza histórica do homem (FREIRE, 1980, p. 81).

E por fim, a conscientização tem por ponto de partida o homem brasileiro, simples, do povo, com sua maneira própria de pensar, captar e de compreender a realidade. Assim, toda forma de captação corresponde a um entendimento cedo ou tarde, intrinsecamente relacionado a uma ação. E para Freire, a educação corresponde sempre a um processo de “ampliação” do ser humano, ou seja, uma constante busca de “ser mais” de “ser amplo”. Com algumas variações, essa concepção de “educação como ampliação”, englobando todo o ser humano está presente em várias obras de Freire. Nesse contexto podemos dizer que toda educação poderá ser de boa qualidade se transitar facilmente entre todos os aspectos e englobando a educação como ampliação: do político para o pessoal, do pessoal para o profissional, do profissional para o político, e tantas outras transições que poderíamos propor, desde que englobe o homem na totalidade e que o perceba como protagonista de sua existência.

Neste contexto, as políticas educacionais têm avançado, em perspectivas de torná-las não uma política de governo e sim Políticas de Estado, respeitando o cidadão, o homem simples, a criança urbana ou do campo, a pluralidade e a diversidade. Algumas tentativas estão em franca expansão como as de mapear e tornar visíveis alguns indicadores tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Programas como o Mais Educação, Escola Aberta e outros mecanismos com interação entre as Secretarias de Estado e Município buscam tentativas de responder a questão: Educação para quê? Educação – como?<sup>3</sup> Um novo Plano Nacional de Educação está em fase de tramitação e votação para que tenhamos indicadores, metas, limites e desafios para se pensar a Educação em toda sua amplitude. O projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2020, foi enviado pelo Governo Federal ao Congresso em dezembro de 2010. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e vinte metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada

---

<sup>3</sup> Outros detalhes de Programas e Projetos Educacionais são facilmente visualizados no sítio eletrônico do Ministério da Educação (MEC). Maiores explicações sobre o IDEB e SAEB também estão disponíveis e atualizados no site ora citado.

uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência ou necessidades educativas especiais, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida (in: <http://portal.mec.gov.br>).

Para Quintas & Gualda (1995), delineando o problema da Educação, o questionamento que se coloca é o da formação de um educador capaz de construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade, de modo dialógico, com sujeitos envolvidos no processo educativo, superando, assim, a visão fragmentada. O educador deve, portanto, estar capacitado para atuar como catalisador de processos educativos que respeitem a pluralidade e diversidade cultural, fortaleçam a ação coletiva, articulem aportes de diferentes saberes e fazeres e proporcionem a compreensão individual e coletiva. O educador deve estar qualificado também para agir em conjunto com a sociedade civil organizada e, sobretudo, com movimentos sociais, numa visão global e holística de Educação. Numa visão sustentável e futurística ao mesmo tempo, o educador em conjunto com a sociedade, deve prever e buscar alternativas para responder a indagação que hoje nos questiona; deve estar apto para trabalhar com as “forças vivas” da sociedade e para isso, deve-se empoderar de mecanismos didáticos que favoreçam o ensino e a aprendizagem.

Segundo Demo (1997), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atual 9394/96 expressa com grande timidez a potencialidade da Educação, porque se detém ainda em modelos didáticos totalmente superados, em relação às atuais tendências e necessidades (como exemplo 200 dias letivos e inserção de temáticas específicas tais como questões afrodescendentes), principalmente neste mundo contemporâneo em que vivemos. Precisamos quantificar dias letivos, horas, questões principais ou primeiras a serem discutidas? Neste contexto como fica uma Educação em sua totalidade, com amplo espectro de possibilidades de discussão, ficando engessada em números e temas<sup>4</sup>. Sendo assim, pode-se dizer que a LDB 9394/96 não é propriamente inovadora, porém contém alguns dispositivos flexibilizadores, permitindo avançar em certos rumos, ocasionando uma oportunidade promissora e norteando alguns dos paradigmas educacionais, tais como as escolas e universidades trabalharem na autonomia de seus componentes curriculares e liberdade no processo de recuperação da avaliação da aprendizagem, oportunidade de aceleração de estudos.<sup>5</sup> Para Demo (1997), é uma visão relativamente obsoleta da Educação. Cabe salientar que uma lei não se destina a estabelecer novos e desafiadores

---

<sup>4</sup> Estes são exemplos de necessidades e críticas à Lei 9394/96. Outros estão discutidos na obra de Demo (1997).

<sup>5</sup> Da mesma forma, estes são exemplos de avanços na Lei 9394/96, que também poderão ser discutidos, entre outros, com maiores detalhes na obra de Demo (1997).

modelos acadêmicos e científicos, mas deve, de forma sutil, refletir a realidade histórica, incluindo neste contexto o ritmo dos tempos.

Quando Demo (1997) comenta que a lei deve incluir o ritmo dos tempos, está se referindo que a LBD favorece alguns importantes aspectos, nas teorias e práticas de aprendizagem, pois considera o professor como eixo central orientador da qualidade de Educação, destacando alguns tópicos como:

- docente desempenha um papel essencial na Educação como orientador, pois a aprendizagem precisa de motivação humana;
- ambiente mais favorável à aprendizagem é o interdisciplinar, socialmente motivador, pluralista e crítico, implicando qualidade formal e política;
- aprendizagem é uma reconstrução permanente, devendo usar de todos os espaços que a favoreçam.

Com o intuito de abordar uma questão de ordem “prática” qual seja, na tentativa de responder a questão que nos permeia desde o início deste texto, há que realizar uma aproximação conceitual entre termos Didática e Educação, objetivando apresentarmos a Educação como uma prática social que necessita da Didática como operacionalizadora institucional dessas normas práticas. Num primeiro momento explicitamos um mapeamento epistemológico – conceitual da Didática e suas manifestações histórico-culturais e, posteriormente, delineamos as variadas trajetórias da Didática na contemporaneidade.

Como abordamos anteriormente, no conceito de Educação, verificamos uma aproximação complementar entre o conceito de EDUCAÇÃO e INSTRUÇÃO. Enquanto a primeira concerne ao processo de “formação integral/global/geral” do humano, como pregava a Paideia Grega, o segundo vai tratar do processo de instrumentalização do sujeito, que em sociedade, necessita alongar seus horizontes de saberes e fazeres. Segundo Jaeger (2001) era o processo de educação em sua forma verdadeira, a forma natural e genuinamente humana na Grécia antiga. O termo também significa a própria cultura construída a partir da educação. A Paideia combinava *ethos* (hábitos) que o fizessem ser digno e bom tanto para o governante quanto para o governado. Não tinha como objetivo ensinar ofícios, mas sim treinar a liberdade e nobreza. Paideia também pode ser encarada como o legado deixado de uma geração para outra na sociedade. Ainda na visão de Jaeger (2001), além de formar o homem, a educação deve ainda formar o cidadão. A antiga educação, baseada na ginástica, na música e na gramática deixa de ser suficiente. Então nesse instante o ideal educativo grego aparece como paideia, formação geral que tem por tarefa construir o homem como homem e como cidadão.

No entanto, ainda que o sujeito seja instrumentalizado através da transmissão de códigos, signos, símbolos, sinais e conhecimentos não significa que esteja com pleno domínio de suas “potencialidades” e/ou “habilidades”, características subjetivas operacionalizadas pelo processo educativo. Assim, a educação compreendida como prática sócio-cultural desenvolve potencialidades e

habilidades humanas que são vividas e praticadas (experienciadas) através do processo instrucional (instrução).

Nesse contexto é que focamos a Didática como um elemento específico do “instrucional”. A didática a partir das perspectivas apresentadas pode ser entendida como instrução e educação a um só tempo e momento. Para compreender esta mescla constituidora da didática há que retomar sua trajetória de constituição histórica e, portanto, epistemológica<sup>6</sup>. Como se sabe, quando abordamos o termo Didática, o primeiro elemento que vem a cabeça é o ensino; no entanto nem sempre a didática esteve relacionada ao ensino de forma correta. E ainda, hoje, ainda nos questionamos de que didática estamos falando? Que didática serve para entendermos a educação? Existe educação sem didática? Bem, não pretendemos responder questões tão pontuais, mas encaminhar o leitor a pensar e tensionar as possibilidades das relações entre didática e educação. No entanto, esta problemática somente pode ser adequadamente compreendida se for historicizada e através de sua construção, clarificarmos suas contribuições, que devem ser analisadas em função do contexto educacional e político-social em que se situaram. Verificamos através de alguns estudos que na antiguidade, especificamente, na Grécia e em Roma, a didática não existia como entendemos hoje, o que existiam eram “situações didáticas” e projetos responsáveis pelas áreas de conhecimento denominadas: HUMANAS (humanísticas) e EXATAS (cálculos e variantes). Nesse sentido podemos definir os períodos de constituição da DIDÁTICA através de cinco momentos<sup>7</sup>.

1. *Didática difusa na Grécia e Roma*: o período da “didática difusa” era o período em que mencionavam situações de ensino, mas que não eram elaboradas através de um campo de conhecimento específico. Naquela época, o indivíduo não tinha a necessidade de compreender a razão, o sentido e a finalidade das mudanças que ocorriam. De acordo com Luzuriaga (2001) era uma educação natural, espontânea, inconsciente, adquirida na convivência de pais e filhos adultos e menores. Sob a influência ou direção dos maiores, o ser juvenil aprendia as técnicas elementares necessárias à vida: caça, pesca, pastoreio, agricultura e faxinas domésticas. Segundo Aranha (1996), na sociedade pré-histórica, primitiva, não apresentava classes sociais, comércio e instituição chamada escola, todos eram iguais não havia um superior e nem dominação de um ou de outro segmento. A educação, ou melhor, as formas de educar ocorriam em vários momentos espalhados pela tribo e todos os elementos da família, direta ou indiretamente participavam da educação da criança. Para Pimenta e Anastasiou (2002) o termo Didática enquanto adjetivo é conhecido, então, desde a Grécia, significando uma ação de

---

<sup>6</sup> Conforme Ferreira (1986) o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas, e que visa a determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas.

<sup>7</sup> Contribuições de Gláucia Figueiredo, professora Adjunta do Campus Dom Pedrito/UNIPAMPA, em anotações ainda no prelo.



ensinar presente nas relações entre os mais velhos, os jovens, crianças e adultos, na família e nos demais espaços sociais e públicos.

2. *Didática Magna*: a partir do século XVII são iniciados os processos de sistematização da Didática, ancorados em João Amós Comênio<sup>8</sup> (a arte universal de ensinar tudo a todos). A escola, no século XVII, pelo menos para os que podiam nela ingressar, era maçante e baseada em muita memorização repetitiva. Muitos autores comentam que a escola, nesta época, poderia ser assustadora porque, se alguém tivesse problemas para aprender a lição, poderia contar com uma boa surra posteriormente. Para Comênio, nesta época, a escola, era “lugar de torturas, matadouro da mente”. Por esta razão, ele tentou reformular todo o processo de ensino e de aprendizagem, apresentando muitas novidades que mudariam para sempre o rumo da educação. Conforme nos ensina Aranha (1989), a Didática como arte universal de ensinar tudo a todos é uma construção teórica marcada pelas mediações e determinações da fase de transição da Idade Média para a Idade Moderna, sendo considerada um marco na história da educação e na história das reformas sociais. A ideia de escola pública, uma escola para todos, nasce sob a forte inspiração de Comênio. Conforme relata Pimenta e Anastasiou (2002), Comênio pautado por ideais ético-religiosos, desenvolveu o que acreditava ser um método único para ensinar tudo a todos. Especialmente a ler e escrever, começando pela língua materna, numa época em que predominava o latim. Também em Comênio encontra-se uma atenção especial à natureza dos conhecimentos a serem ensinados – as línguas, a matemática, as ciências, a filosofia – que pressupunham particularidades no seu ensino. Logo, de acordo com Santos (2008) é a esses perfis de educadores reformadores do século XVII a quem se deve a autoconsciência do proceder educativo, extraindo as cogitações didático-pedagógicas do âmbito da Filosofia, da Teologia ou da Literatura, onde até então se abrigavam, constituindo um campo próprio disciplinar e de estudos (PIMENTA E ANASTASIOU, 2002).

3. *Didática como disciplina*: nos dois séculos seguintes a gênese da Didática permaneceu impregnada das significativas transformações no âmbito social, político, econômico, cultural e científico: período em que a didática se afirma como disciplina autônoma separando-se dos conhecimentos da Filosofia, Teologia e Literatura.

---

<sup>8</sup> No Brasil, estudos expressivos referentes à pedagogia de Comênio são realizados pelo professor João Luiz Gasparin. Conforme Gasparin, o estudo dos clássicos é a base para o entendimento do ensino na atualidade.

4. *Compreensão do ensino nos métodos*: através das proposições pedagógicas de Rousseau, Pestalozzi e Herbart, tentamos identificar a compreensão do ensino nos métodos. O primeiro idealiza através da obra “Emílio”<sup>9</sup> uma educação da espontaneidade em que o olhar para o processo educacional/instrucional da criança deveria se dar de maneira a não compreender a criança como um “adulto em miniatura”; o segundo, que foi discípulo e concretizador das ideias de Rosseau, aposta no método intuitivo baseado na psicologia que ainda não era uma ciência, mas estava em vias de transformar-se; o terceiro, Herbart, considerado o pai da ideia de que a pedagogia era uma ciência, apresentada através de uma pedagogia conservadora.

De acordo com Pimenta e Anastasiou (2002), no século XVIII, Rousseau tornou-se a figura central da segunda revolução didática. Sua obra deu origem a um novo conceito de infância, colocando em destaque sua natureza e transformando o método de ensinar em um procedimento natural, que deve ser exercido sem pressa e sem livros. Já no século XIX, merece destaque a figura de Herbart, o qual desenvolveu a denominada pedagogia científica, elencando o que designou como passos formais da aprendizagem, dos quais resultam os passos formais do ensino, quais sejam: clareza na exposição, associação dos conhecimentos novos com os anteriores, sistema e método. Esse método didático pontuou a relevância do professor no processo de ensino, situando no preparo de sua aula, conforme os passos formais, a responsabilidade pelo sucesso do ensino. Tal método constituído foi classificado como “Os Passos Didáticos” (clareza, associação, sistematização e método), caracterizando uma “didática metódica”, que para época fez uma absurda evolução e comprovando a importância de uma didática com métodos. Ainda, de acordo com Pimenta e Anastasiou (2002), enquanto que em Rousseau o sujeito que aprende é o elemento chave do processo de aprendizagem, em Herbart a ênfase situa-se no método de ensinar. Ademais disso, com Rousseau, lança-se às bases da “Escola Nova”, questionando o método único e a valorização dos aspectos externos ao sujeito aprendiz resultantes de Herbart. O movimento da Escola Nova, significativamente desenvolvido na primeira metade do século XX<sup>10</sup>, destacava o aprendiz como agente ativo da aprendizagem e a valorização dos métodos que respeitassem a natureza da criança, motivando-a e estimulando-a a aprendizagem.

Nesse âmbito então, surge um momento de transição em que PEDAGOGIA e DIDÁTICA saem de uma perspectiva “tradicional” para um movimento intitulado “RENOVADO”. Nesse contexto de renovação da didática e da pedagogia encontra-se na figura de Adolphe Ferrière, o pai deste movimento

---

<sup>9</sup> *Emílio, ou Da Educação* é uma obra filosófica sobre a natureza do homem escrita por Jean-Jacques Rousseau em 1762, abordando temas políticos e filosóficos referentes à relação do indivíduo com a sociedade; particularmente explica como o indivíduo pode conservar sua bondade natural (Rousseau sustenta que o homem é bom por natureza), enquanto participa de uma sociedade inevitavelmente corrupta.

<sup>10</sup> A **Escola Nova** foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais. O rápido processo de urbanização e a ampliação da cultura cafeeira trouxeram o progresso industrial e econômico para o país, porém, com eles surgiram graves desordens nos aspectos políticos e sociais, ocasionando uma mudança significativa no ponto de vista intelectual brasileiro.

que tinha na percepção por parte do professor, da individualidade e da liberdade, motes construtores do pedagógico – didático em construção. O que atualmente intitula-se “construtivismo em educação” tem sua origem na “Escola Nova” de Ferrière, conhecida como pedagogia tecnicista.

Na vertente da pedagogia renovada, cujas raízes se localizam na psicologia experimental, a finalidade da educação está contida nas leis do desenvolvimento biológico da criança, e, por isso, ela deve ser realizada com objetividade científica. Não pertencem a esse campo fins e valores, que se restringem à abrangência da Filosofia, visto que não são passíveis de verificação experimental. Dessa forma, a Pedagogia, enquanto teoria da educação, e a Didática, enquanto teoria ligada à primeira ficam restritas aos métodos e aos procedimentos, compreendidos como aplicação dos conhecimentos científicos e traduzidos em técnicas de ensinar (PIMENTA E ANASTASIOU, 2002). Ancorado em Santos (2008), seguindo essa mesma linha de compreensão, o desenvolvimento tecnológico dos anos 60 e, posteriormente, no final do século XX, com a informática, acentua a proeminência das técnicas do novo paradigma didático. Nesse sentido, o campo do didático se resumiria ao desenvolvimento de novas técnicas de ensinar. A partir daí adquirem relevância às técnicas do planejamento racional das situações de ensinar. Então, caberia à Didática dispor acerca dos futuros professores os meios e os instrumentos eficientes para o desenvolvimento e o controle do processo de ensinar, objetivando a maior eficácia nos resultados do ensino. Não cabe, portanto, à Didática, focada essencialmente no processo-produto, questionar os fins do ensino, visto que já estão previamente definidos por meio da expectativa da sociedade dominante em relação à escola, qual seja: preparar para o mercado de trabalho. No juízo de Pimenta e Anastasiou (2002) essa abordagem da didática ainda prevalece em meio à sociedade atual: essa didática instrumental impregna fortemente os cursos de licenciatura e passa mesmo a ser desejada pelos licenciandos, ansiosos por encontrar uma saída única – um método, uma técnica – capaz de ensinar a toda e qualquer turma de estudantes, independentemente de suas condições objetivas e subjetivas de vida.

5. *Didática Fundamental*: o quinto e último momento histórico pelo qual passou e ainda passa a didática é compreendido como a busca da configuração identitária da “Didática Fundamental”. Este período de luta em prol desta configuração perdura desde a década de 20 do século passado até os dias atuais. Por conseguinte, há que explicitar como se efetivaram tais lutas.

Este movimento originado na Europa chega ao Brasil na década de vinte do século XX, mas se concretiza através do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. Este manifesto é um marco histórico importante da educação brasileira porque se percebe que a década de 30 é a década efervescente que abre e amplia os horizontes didáticos e pedagógicos no Brasil. Na década de 30,

Getúlio Vargas assume o governo provisório e afirma a um grupo de intelectuais o imperativo pedagógico do qual a revolução reivindicava; esses intelectuais envolvidos pelas ideias de Dewey e Durkheim se aliam e, em 1932 promulgam o Manifesto dos Pioneiros, tendo como principal personagem Fernando de Azevedo. Grandes humanistas e figuras respeitáveis de nossa história pedagógica, podem ser citadas, como por exemplo Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971). Ressaltamos ainda que em 1939 foi efetuada a primeira regulamentação do curso de Pedagogia no Brasil e que também formaliza e integraliza a Formação dos Profissionais da Educação no Brasil. Assim, da década de 20 a de 50, vivenciamos um momento pedagógico humanista em que as relações interpessoais e subjetivas no interior da escola são tomadas como as Bases Estruturantes do proceder didático.

No Brasil, as ideias da Escola Nova foram inseridas em 1882 por Rui Barbosa (1849-1923). O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). Dewey influenciou a elite brasileira com o movimento da Escola Nova. Para Dewey a Educação, é uma necessidade social. Por causa dessa necessidade as pessoas devem ser aperfeiçoadas para que se afirme o prosseguimento social, assim sendo, possam dar prosseguimento às suas ideias e conhecimentos. Para Dewey a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida. Autores com Dewey e Anísio Teixeira são ainda citados em programas e tentativas, hoje, de mudar os rumos da Educação, como as discussões dos caminhos da Educação Integral no Brasil, em que as crianças têm direito a outros tempos e espaços educativos<sup>11</sup>.

Segundo Candau (1984), na década de 30, é o primeiro momento em que os esforços coletivos em prol da estruturação e configuração da Didática Fundamental são vivenciados. A proposição da didática fundamental em contraposição a uma didática instrumental, é a de o campo de investigação, da didática deve abordar a multifuncionalidade do processo de ensino e de aprendizagem em todas as duas modalidades e manifestações.

Na década de 90 verifica-se um contingente de trabalhos, que segundo esta mesma linha, corroboram com esta configuração da didática e a contextualizam a partir de bases teóricas diversificadas, mas que permitem a consonância de uma didática diferenciada. Os estudos de Pimenta e Ghedim (2002), André (1994), Veiga (1988) e Libâneo (2001) confluem, a despeito de seus referenciais teóricos, que o paradigma da didática fundamental se constrói a partir do entendimento e consenso acerca do objeto de ensino da didática e o ensino como prática social viva e em suas múltiplas relações com o processo de ensino e de aprendizagem, reflexionadas na formação do ser humano. Em síntese apresentamos, então, os cinco momentos epistemológicos da didática<sup>12</sup>:

#### 1. Antiguidade: didática difusa

---

<sup>11</sup> Para maiores esclarecimentos: Moll, Jaqueline (et al.) **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

<sup>12</sup> São apenas sugestões de épocas; não as caracterizando de fato com os espaços temporais da História e/ou Filosofia.

2. Período Medieval: didática magna
3. Modernidade I: didática como disciplina
4. Modernidade II: didática metódica
5. Contemporaneidade: didática fundamental e diferenciada.

Estes cinco momentos epistemológicos nos mostram o caminhar da didática intrinsecamente relacionada à educação e sua(s) mudança(s) no decorrer da história e da legislação educacional brasileira. A didática é conceituada por Piletti (1990, p. 43) como sendo a “técnica de estimular, dirigir e encaminhar, no decurso da aprendizagem, a formação do homem”. É, portanto, a parte da pedagogia responsável por estudar as técnicas relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem, abordando-as em todos os seus aspectos práticos e operacionais. E como percebemos acima, deve mostrar a evolução do tempo, a crescente busca pelo entendimento prático de como estudar e aprender, de como buscar a finalidade da educação e os mecanismos de executá-la da melhor forma possível.

Ainda no contexto contemporâneo vivenciamos na década de 90 um processo de efervescentes construções legais no âmbito da educação. Destacamos que tal processo advém das proposições da Constituição Federal de 1988, conforme já abordado anteriormente. Sendo assim, com a criação em 1996 da Lei de Diretrizes e Bases, verificamos que os termos “diretrizes” e “bases” indicam um processo mais amplo e democrático nos fazeres cotidianos da instituição escola. Esses termos substituem na legislação anterior (o presidente João Goulart publicou em dezembro de 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, seguida por outra versão em 1971, em pleno regime militar, que vigorou até a promulgação da mais recente) o que se chamavam de “planos diretores”; proposições legais que não se configuravam como propostas, mas impostas pelo “Estado” que era autoritário e centralizador.

Assim, a partir do que apresenta a LDB 9394/1996, visualizamos um novo perfil do ensino brasileiro, em que sutilmente verificamos que se passa de um ensino meramente técnico para um ensino que prega a formação integrada/total do cidadão, buscando uma aproximação com a arquitetura do cotidiano de cada um e suas correlações com as situações de ensinar e de aprender<sup>13</sup>. E nesse contexto, esta formação integral para o exercício pleno da cidadania é apresentada através de outros documentos e normas tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados em 1999 e das orientações curriculares para o ensino médio, documento complementar das organizações didáticas curriculares, publicados em 2006.

Assim, a partir do que se torna obrigatório pela LDB e através da Resolução 03/98<sup>14</sup>, são trazidos conhecimentos que as disciplinas recortam e as competências e habilidades a elas referidas; por

---

<sup>13</sup> São dois os principais documentos norteadores da educação básica: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, regidos, naturalmente, pela Constituição da República Federativa do Brasil.

<sup>14</sup> Resolução CEB nº 03/1998, institui diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.

consequente a base curricular apresentada nos PCNs se dá através de eixos temáticos (área de conhecimento) que são: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências da natureza, matemática e suas tecnologias e ciências humanas e suas tecnologias.

Vale ainda ressaltar que o segmento do ensino fundamental prevê um trabalho e manejo do que é científico através do concreto cotidiano e a entrada da criança no mundo da ciência; já no ensino médio, os jovens devem ter a base científica e tecnológica em processo formativo, por isso o trabalho didático deve prever a solução de problemas e o trabalho de investigação científica e tecnológica. Nesse olhar o importante é permitir que os estudantes sintam-se parte da construção de uma cultura científica e tecnológica. Para os estudantes menores, ainda importa a cultura investigatória e o despertar do conhecimento em todos momentos e instâncias. Ressalta-se também que a base teórica que fundamenta as proposições dos PCNs em suas atividades didático pedagógicas, para vivenciar um currículo em ação são a interdisciplinaridade e a complexidade.

(...) o novo brota em parar (...) E quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de rever nossas teorias e ideias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo (MORIN, 2000, p. 30)

Segundo Fazenda (2009) a interdisciplinaridade somente existe porque é definida como uma interrelação existente entre uma ou mais disciplinas e/ou componentes curriculares, relação que se pode ir de uma simples comunicação de ideias até integrações mútuas de conceitos, através da epistemologia, terminologia, procedimento de dados da organização complexa do ensino relacionando-os e fato de que a disciplina científica somente existe em função de uma interdisciplinaridade. Daí a relação entre inter e complexus (originada do latim) significano a abrangência de elementos ou várias partes. O todo é uma unidade complexa, que deve ser pensada e desenhada em sua maioria, para que as partes não percam sua funcionalidade. Petraglia (1995) estudando as proposições de Edgar Morin vai afirmar que o pensamento complexo é aquele capaz de considerar todas as influências externas e internas que o circundam. Por tal motivo, os PCNs pregam a articulação interna (entre os componentes/disciplinas específicas do campo, tais como português, matemática, ciências, etc..) e externa (entre as áreas do conhecimento/temas propostos). Morin (1992) afirma que a complexidade extingue e refuta idéias simplistas e reducionistas, trazendo à tona noções de ordem e desordem de sistemas ditos complexos.

Neste contexto, podemos pensar em recursos didáticos por exemplo importantes para trabalhar no Ensino Médio, baseado nestas concepções de interdisciplinaridade e complexidade, especificamente na área de Ciências da Natureza é o que propõe Hernandez (1998) através da Pedagogia de Projetos. Os projetos, nesta óptica, permitem a compreensão e utilização de conhecimentos científicos para explicar

o funcionamento correto do mundo, bem como planejar, executar e avaliar as ações experimentadas na arquitetura do cotidiano.<sup>15</sup>

Para Bachelard (1996) para um espírito científico todo conhecimento é uma resposta a uma pergunta. Se não existe pergunta não pode haver conhecimento científico; nada vem sozinho, nada é dado: tudo é construído. Com essa reflexão, a didática se torna mais importante ainda, porque vem clarificar e responder a questões que são construídas ao longo do tempo.

Em anotações finais...

Neste cenário em que a educação busca uma legislação ou recomendações para apoiar-se, perguntamos Educação – para quê e Educação – como? Se por um lado a educação evoluiu, a Didática teve outro olhar com o passar das décadas, mas não teve condições de abarcar todas as mudanças que a contemporaneidade está prevendo e acabou por resultar em formas de exclusão social. Muitas vezes, a didática é permutada por componentes fracionados e/ou fragmentados de ideologias dominantes tais como a História da Educação e a Sociologia da Educação, gerando o entendimento de que o professor não precisava de didática, porque o sujeito é simples e dele deve-se provir todos os conhecimentos de que dispõe e a partir deles, trabalharmos na construção do conhecimento, e de uma educação de melhor qualidade. Certo ou errado, ficamos sem respostas concretas, porque a aprendizagem ainda não se torna significativa. Nérici (1992) tentou vincular o conceito de didática ao de educação relatando que didática compreende o estudo do conjunto de recursos técnicos que objetivam dirigir a aprendizagem do educando, conduzindo-o a um estado de maturidade que lhe permita encontrar-se com a realidade, de forma consciente, eficiente e responsável, para nela atuar como um cidadão participante e responsável. Enquanto área da Pedagogia, segundo Pimenta e Anastasiou (2002), a didática investiga os fundamentos, as condições e os modos de realizar a educação mediante o ensino. Sendo esta uma ação situada em termos históricos, a didática vai se constituindo como teoria do ensino. Não para criar regras e métodos válidos para qualquer tempo e lugar, mas para ampliar a preocupação com as demandas que a atividade de ensinar produz, com base em saberes acumulados sobre essa questão. Com certeza a conceituação presente de educação é totalmente distinta de conceitos antigos elaborados pela humanidade ao longo das épocas. Portanto existe preocupação com a formação de seres humanos integrais e de modo pleno? Mas era este o ideal grego, uma educação que trabalhasse o ser humano de todos os modos: modo físico, intelectual e espiritual. Então, Educação – para que? Educação – como? Basicamente o que ocorreu foi à evolução gradual da mentalidade das pessoas referentes à educação e que resultou na construção de um indivíduo integralizado, holístico, completo e estruturado. Um sujeito

---

<sup>15</sup> O autor traz uma reflexão em forma de exemplo de uma área do conhecimento abordada nos PCNs; outros exemplos e uma discussão com maior profundidade sobre a Pedagogia dos Projetos, poderão ser dirimidos na obra de Hernandez (1996).

que buscou criticidade e reflexão para se perceber num mundo em constante movimento e cheio de turbulências.

De acordo com Candau (1983), a reflexão didática parte do compromisso com a transformação social, com a busca de práticas pedagógicas que tornem o ensino de fato eficiente para a maioria da população. Ensaia. Analisa. Experimenta. Vivencia. Rompe com uma prática profissional individualista. Promove o trabalho em comum com professores, especialistas, buscando as formas de aumentar a permanência de crianças e jovens nos bancos escolares. Tentar discutir a questão do currículo em sua interação com uma população, uma sociedade concreta e suas exigências contemporâneas.

Ao fechar algumas anotações, percebemos que ao longo do tempo internalizamos e modelamos nosso próprio modelo de Educação (buscando o que todos já buscaram: o ser total e completo). Nesse contexto, todos também buscam sua própria didática, sua própria maneira de ensinar e de aprender: sua maneira mais espontânea de trabalhar com a aprendizagem, seja ela para si ou para os outros. A discussão de “para que” nos remete ao “como”. Se há uma finalidade, como a faremos? Porém nesta discussão caso não estivermos conectados, poderemos estar conduzindo a um equívoco teórico/prático que nos distancia uns dos outros. Se trilharmos um caminho com uma finalidade objetiva, concreta e determinada, com certeza, saberemos o seu traçado! É preciso antes de tudo, resgatar aquela ideia que já reinava na Grécia, de formar sujeitos capazes de administrar o seu próprio estado e estarem conscientes do que fazem e produzem: é e somente por meio da educação que podemos alcançar tais desafios, sejam por quais caminhos que escolhermos, mas um caminho (um amanhã) com diálogo, com totalidade e com aprendizagem a qualquer momento e tempo, para nos humanizarmos e, ao mesmo tempo, nos emanciparmos da condição, apenas de ouvintes e expectadores.

Amanhã!  
(...)  
Está toda a esperança  
Por menor que pareça  
Existe e é para vicejar  
Amanhã!  
Apesar de hoje  
Será a estrada que surge  
Para se trilhar  
Amanhã!  
Mesmo que uns não queiram  
Será de outros que esperam  
Ver o dia raiar  
Amanhã!  
Ódios aplacados  
Temores abrandados  
Será pleno!  
*Guilherme Arantes*



## BIBLIOGRAFIA

- ANDRÉ, Marly E. O papel da pesquisa na articulação entre saber e prática docente. CLAVES, S. M. e TIBALLI, E. F. (Orgs). Anais do VII ENDIPE, Vol. II, Goiânia, p. 291-296, 1994.
- ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARANHA, M. L. A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1989.
- BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL/MEC. Parecer CEB/CNE n.º 04/1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- CANDAU, V. M. A. Didática em Questão. Petrópolis-RJ, Vozes, 1984.
- COTRIM, Gilberto & PARISI, Mário. História e Filosofia da Educação. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1982.
- DEMO, P. A nova LDB: Ranços e avanços. Campinas: Papirus, 1997.
- FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.
- FAZENDA, Ivani. O que é Interdisciplinaridade? São Paulo, Editora Cortez, 2009.
- FERREIRA, Aurélio. Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. A História das Idéias Pedagógicas. 4ed. São Paulo: Ática, 1996.
- HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Monserrat. A organização de currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- JAEGGER, Werner. Paidéia: A formação do Homem Grego. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LIBANEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- PILLETI, Claudino. Didática Geral. 11 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- PIMENTA, Selma Garrido, e GHEDIN, Evandro (orgs.) (2002): Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo, Cortez Editora.
- PETRAGLIA, Isabel Cristina. Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber. Petrópolis: Vozes, 1995
- QUINTAS, J.S. & GUALDA, M.J. A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. Brasília: UnB, 1995.
- SANTOS, Adélcio Machado dos. Didática ideal para o Programa de Pós-graduação em engenharia e gestão do conhecimento: especificidades e características andragógicas em análise. Florianópolis: 2008. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- VEIGA, Ilma. A prática pedagógica do professor de didática. Campinas: Papirus, 1989.